

Turismo e Inclusão Socioeconômica: Fatores favoráveis e desfavoráveis

João Paulo Faria TASSO¹
Elimar Pinheiro do NASCIMENTO²

Resumo: O foco deste artigo encontra-se no estudo sobre os fatores que influenciam os processos de inclusão socioeconômica das populações circunvizinhas a unidades de conservação de grande interesse turístico, no sistema produtivo local de turismo (SPLT). A relevância do trabalho está na necessidade de maior aprofundamento em estudos, e ampliação do debate, sobre fatores de inclusão socioeconômica direta (pelo emprego formal) no turismo, principalmente em regiões de notória vulnerabilidade socioeconômica, visando os pressupostos do turismo sustentável. A pesquisa, sobre a qual foi baseada a construção deste artigo, concentrou-se no estudo comparativo entre os municípios de Barreirinhas (MA) e de Jijoca de Jericoacoara (CE), localizados em regiões caracterizadas por suas potencialidades naturais - protegidas por parques nacionais – e pela alta incidência de pobreza e baixos rendimentos econômicos de seus moradores. O estudo teve como objetivo ampliar as discussões sobre os fatores que contribuem ou impedem a inclusão socioeconômica direta da população local no SPLT. As questões que regem o trabalho são: Em que medida a dinâmica do turismo tem permitido ou não a inclusão socioeconômica dos moradores no SPLT, e como ela ocorre? Quais os fatores que contribuem para que alguns consigam se inserir e outros não? O intuito é que este artigo fortaleça o debate sobre a construção de políticas públicas de inclusão socioeconômica no Turismo, que gerem resultados mais efetivos e eficazes.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Inclusão Socioeconômica; Inclusão e Exclusão Social; Desenvolvimento Local.

1 Introdução

Pode-se se dizer que, ainda hoje, não são claros nem evidentes os múltiplos fatores que interferem na busca constante por oportunidades de emprego no sistema produtivo de turismo (SPLT). Muitas são as dúvidas geradas, por vezes, por tantas ambiguidades numa mesma localidade. Características como “experiência anterior”, são valorizadas por alguns estabelecimentos hoteleiros, por exemplo. Enquanto que para outros, essa mesma característica recebe notória reprovação. Fatos como esse propiciam a abertura de um espaço de debate sobre inclusão e exclusão socioeconômica em destinos turísticos no Brasil.

A base de referência para a discussão deste artigo é a pesquisa de doutorado do primeiro autor, realizada entre 2011 e 2014, nos Municípios de Barreirinhas (Estado do

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professor Adjunto (CET/UnB).
<http://lattes.cnpq.br/8501815511514126>. jpfaratasso@gmail.com.

² Doutor em Sociologia (Universite de Paris V – Rene Descartes, 1982). Professor Associado (CDS/UnB).
<http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>. elimarcds@gmail.com.

Maranhão), e Jijoca de Jericoacoara (Estado do Ceará). O objeto de pesquisa da tese concentrou-se no estudo sobre os fatores que influem sobre a inclusão socioeconômica, direta (emprego) e indireta (venda de produtos de base familiar/comunitária), dos habitantes destes destinos turísticos no SPLT.

As duas regiões escolhidas para o estudo possuem similitudes. A primeira característica comum é a presença de unidades de conservação em suas áreas territoriais (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Parque Nacional de Jericoacoara). Mesmo beneficiados por singularidades naturais de grande atratividade turística, os dois municípios contam com altas taxas de pobreza, que ultrapassam os 50% de suas populações, em cada localidade, e índices com taxas reduzidas de empregabilidade e de renda de seus moradores.

Esse cenário contraditório, representado, por um lado, pelo elevado fluxo turístico nos espaços de visitação, e por outro, pelo quadro de pobreza e desemprego instaurado, buscou-se melhor compreender a razão pela qual, aparentemente, apenas uma pequena parcela dos moradores locais se insere no SPLT. Nesse sentido, a pergunta que fica é: quais fatores contribuem efetivamente para a inclusão socioeconômica no turismo?

O presente artigo está estruturado em quatro tópicos, afora esta Introdução e as Reflexões Finais. O primeiro tópico busca caracterizar os Municípios de Barreirinhas e de Jijoca de Jericoacoara em sua multidimensionalidade. As discussões teórica e epistemológica são apresentadas no tópico seguinte, dando foco nos conceitos centrais da pesquisa, particularmente turismo sustentável, inclusão socioeconômica e sistema produtivo local de turismo. O tópico terceiro trata dos aspectos metodológicos definidos para a condução da pesquisa. E no quarto e último tópico é apresentada uma síntese dos resultados precípuos obtidos na pesquisa, complementada por uma análise crítica dos dados e informações coletadas nos trabalhos de campo, mas, principalmente, voltando-se à interpretação dos fatores avaliados.

Vale ressaltar que o presente artigo não buscou, em momento algum, estabelecer relações causais entre os fatores analisados e a inclusão socioeconômica direta. Todo o trabalho concentrou-se no reconhecimento dos fatores que podem gerar indícios de notória influência sobre a inclusão socioeconômica no SPLT.

2 As características multidimensionais dos destinos turísticos estudados

O Município de Jijoca de Jericoacoara está localizado a 295 Km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza, e distante a 537 Km do Município de Barreirinhas. Barreirinhas, por sua vez, encontra-se na Microrregião dos Lençóis Maranhenses, a 269 Km da capital do Estado do Maranhão, São Luís. A Figura 1 apresenta a disposição de tais localidades.



Figura 1: Localização dos Municípios estudados
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Ana Pimenta Ribeiro.

As suas áreas territoriais são beneficiadas por potencialidades naturais singulares, representadas por dois parques nacionais, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Parque Nacional de Jericoacoara. Tratam-se de cenários paradisíacos singulares, com expressivo fluxo turístico no Brasil e no mundo. Porém, com dimensões territoriais distintas. A unidade de conservação maranhense abrange uma área de 155.000 hectares de superfície, e a cearense apenas 8.850 hectares.

O Parque Nacional de Jericoacoara é considerado um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará, pelo cenário exótico representado por atrativos naturais de grande interesse turístico, como lagoas, rios, dunas e manguezais. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ganha destaque também por suas exuberâncias naturais marcadas, principalmente, pelas inúmeras lagoas de água doce que se estendem por dunas fixas e móveis, manguezais e pelo Rio Preguiças, importante meio de produção de pescados e de comunicação entre povoados ribeirinhos.

Os principais acessos às unidades de conservação são os Municípios de Barreirinhas e de Jijoca de Jericoacoara. Ambos possuem uma consistente estrutura de acolhimento turístico (dentro agências/receptivo e operadoras, restaurantes, pousadas, hotéis, bares, resorts, lanchonetes). Possuem, ainda, grupos organizados de trabalho, como cooperativas e associações, formados pelos próprios moradores, que se dividem em funções de atendimento turístico, como guias de turismo, pilotos de pequenas embarcações náuticas (“voadeiras”), bugueiros, condutores de carros tracionados (“toyoteiros”) e artesãos. Além disso, as duas localidades foram classificadas entre os “65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional” do Ministério do Turismo.

Atualmente, o Município de Barreirinhas conta com uma população estimada de 60.588 habitantes, enquanto que Jijoca de Jericoacoara possui 18.926 (IBGE, 2015). As maiores concentrações de seus moradores de são nas zonas rurais, equivalendo a 59,85% da população do primeiro município, e 67,32% do segundo. As principais atividades produtivas nos dois municípios são, principalmente, a atividade pesqueira artesanal e agrícola familiar, além da produção de artesanato (com o fortalecimento da atividade turística). O

aproveitamento dos recursos naturais, ainda hoje para muitos como forma de subsistência, foi o principal fator de contribuição para fixação e formação de povoados nas áreas.

A vulnerabilidade socioeconômica de seus territórios é uma característica ainda hoje presente. A suas taxas de pobreza ultrapassam os 50% das populações (IBGE, 2013). Os índices de desenvolvimento humano municipais, referentes ao ano de 2013, reforçam esse quadro negativo. Nos dois municípios o indicador de emprego e renda, do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é o de pior rendimento, classificados como de baixo desenvolvimento ou de desenvolvimento regular (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (2013)³

MUNICÍPIO	IFDM TOTAL	ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO		
		Educação	Saúde	Emprego e Renda
Barreirinhas	0.4488	0.5523	0.5834	0.2108
Jijoca de Jericoacoara	0.7414	0.8320	0.8118	0.5804

Fonte: SISTEMA FIRJAN (2013).

Analisadas as populações economicamente ativas (PEA) das duas localidades, percebe-se a predominância de rendimentos inferiores a um salário mínimo, atingindo os 77,4% em Barreirinhas e os 71,5% em Jericoacoara. Este fato provavelmente está atrelado a sua baixa escolaridade. Os indivíduos sem escolaridade ou ensino fundamental incompleto são 65,4% em Barreirinhas e 50,7% em Jijoca de Jericoacoara. As taxas de analfabetismo, dos indivíduos com 15 anos ou mais, chegam a 25,4% em Barreirinhas, e 23,5% em Jericoacoara. (IBGE, 2013)

Quanto às taxas de ocupação da população com idade ativa (PIA), em Barreirinhas, apenas 45,1% dos indivíduos encontram-se ocupados. Em Jijoca de Jericoacoara é 53,7%. A ampla maioria do pessoal ocupado encontra-se na administração pública (64,0% em Barreirinhas e 53,8% em Jericoacoara), seguida pela ocupação no segmento de serviços, onde se encaixa o turismo, por 23,3% e 34,4%, respectivamente. Aqueles ocupados por meio de emprego atingem 42,1% em Barreirinhas, e 55,8% em Jijoca, enquanto os indivíduos que trabalham informalmente e os na produção para o próprio consumo, somados, são 49,5% e 40,5%, respectivamente.

³ O IFDM é um estudo realizado anualmente pelo Sistema FIRJAN, tendo como base estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. Varia de “0” a “1”, sendo que quanto mais próximo de “1”, mais desenvolvido é o município. Os componentes com níveis superiores à 0,8 pontos são considerados de “alto desenvolvimento”. Entre 0,6 e 0,8 são classificados como de “desenvolvimento moderado”. Entre 0,4 e 0,6, como de “desenvolvimento regular”. E abaixo de 0,4, como de “baixo desenvolvimento” (SISTEMA FIRJAN, 2013).

3 O Combate à Exclusão Social pela Inclusão Socioeconômica

3.1 A Relação entre Turismo e a Exclusão Social

Inúmeras são as tentativas de aproveitamento turístico como forma de ampliação de benefícios socioeconômicos para uma determinada região. Entretanto, tais iniciativas podem vir acompanhadas do surgimento de custos, também econômicos, para uma pequena parcela dos moradores dessas mesmas localidades.

O debate desse artigo deve partir do princípio que a sustentabilidade socioeconômica, vislumbrada com o desenvolvimento do setor turístico em dada região, não pode ser atingida, apenas, pela otimização dos benefícios econômicos e pela diminuição dos custos que os acompanham. Vários outros aspectos de grande relevância devem ser priorizados, como a distribuição equitativa desses benefícios, a concorrência justa entre empresas locais e de fora, dentre outros (SWARBROOKE, 2000). Em contrapartida, grande parte das populações residentes em destinos turísticos brasileiros (dentre eles, Jericoacoara e Lençóis Maranhenses) parece não ter tido participação, efetiva, nos reais benefícios econômicos decorrentes da dinamização desse setor. Tal fato vai ao encontro do que é sinalizado pela literatura científica na qual se reforça que as atividades turísticas têm beneficiado de maneira desigual as populações locais (COSTA, 2009; IRVING, 2006; KRIPPENDORF, 2001; CLARKE, 1997; SHARPLEY, 2000).

O aproveitamento das potencialidades ambiental e cultural, presentes nessas e em outras regiões economicamente desfavorecidas, para o desenvolvimento do sistema produtivo local de turismo, tem sido acompanhado, com raras exceções, de processos crescentes de exclusão social (IRVING, 2002). O entendimento mais aprofundado sobre as características da exclusão social denota que a exclusão é multidimensional (ROSSAVALON, 1995; FRACASSI et al, 1985; NASCIMENTO, 1998).

Por se tratar de um campo teórico múltiplo (NASCIMENTO, 1998), que compreende uma rica variedade de situações (BOUGET, 1992), a exclusão social pode ser apresentada sob concepções e abordagens diversas. Como uma ruptura de vínculos sociais, comunitários, familiares ou mesmo individuais (XIBERRAS, 1992) ou como uma situação de desfiliação, em que os indivíduos se encontram, simultaneamente, desintegrados do mundo do trabalho e desinseridos do meio social (CASTELL, 1991). Um dos determinantes para a formação da injustiça social e, conseqüentemente, da estruturação da exclusão, é o desemprego (PNUD, 2009; DEMO, 2002), que gera muito mais do que a perda de rendimentos. Ele acarreta, também, na perda de liberdades do indivíduo, de suas habilidades, e de seus vínculos sociais (SEN, 2000). Pochmann concorda com tal afirmação ao destacar que, no caso do Brasil, a expansão do desemprego já tem ultrapassado formas anteriores de exclusão, como o analfabetismo (POCHMANN, 2004).

O turismo não é tratado aqui como a atividade econômica responsável pela perpetuação desse modelo excludente, caracterizado pelos baixos índices de

desenvolvimento dos destinos estudados. Pelo contrário. Ele pode ser considerado como o instrumento com maior capacidade de inverter esse quadro a partir da geração de trabalho, emprego e renda, de forma mais efetiva. Isso porque o setor de turismo é reconhecido como um segmento intensivo em mão de obra, que demanda um valor de produção para a geração de uma unidade de emprego notoriamente menor se comparado a outros setores econômicos. Mais do que isso. Pode ser tratado como uma ferramenta norteadora de iniciativas de inclusão social e produtiva.

3.2 A Inclusão Socioeconômica e seus Fatores

Os fatores de inclusão socioeconômica no SPLT são entendidos neste artigo como aqueles que influenciam a participação efetiva dos atores locais nos benefícios econômicos decorrentes do setor de turismo (TASSO, 2014). No caso, atores são considerados todos os indivíduos, grupos ou organizações que têm identidade própria, que são reconhecidos por outros, e que têm capacidade de agir e influenciar o seu contexto. Os fatores de inclusão socioeconômica definidos para o estudo foram subdivididos em dois grupos: “diretos” e “indiretos” (TASSO, 2014). Eles foram definidos como variáveis que contribuem, ou impedem, que um ou mais indivíduos consigam emprego ou vender seus produtos e serviços no mercado turístico. Por sua vez, muitos desses fatores já haviam sido destacados, em estudos e trabalhos técnicos pretéritos, como empecilhos para a efetivação de empregos formais (RAMOS, 1997; SEGNINI, 2000; SAWYER; TASSO; ASSAD; 2010; COSTA, NASCIMENTO, 2009; TASSO, 2011).

Neste artigo serão abordados apenas os fatores que incidem sobre a inclusão socioeconômica direta (emprego formal). No quadro a seguir (Quadro 1) apresentam-se tais fatores.

FATORES DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA “DIRETA”
Gênero: pode influenciar, ou mesmo determinar, a escolha por um candidato à vaga em funções específicas, tais como camareira, segurança/vigia noturno ou cozinheira.
Idade: pode ser decisiva nos processos de seleção de um candidato a vagas em funções específicas, quando jovens poderiam ser favorecidos (em funções que exijam melhor aptidão física) e os mais velhos preteridos.
Religião: pode ser um obstáculo na busca por oportunidades de emprego, dado que algumas religiões condenam a realização de trabalhos assalariados em determinados dias da semana, dentre outras imposições aos seus seguidores que podem ser contrárias àquelas identificadas no setor turístico.
Rede de relações sociais: a busca por pessoas próximas (“de confiança”) pode fazer com que a indicação por conhecidos, para compor o quadro de funcionários de estabelecimentos turísticos, seja um fator que contribua diretamente ao acesso ao emprego.
Acesso à informação/conhecimento da área: o conhecimento sobre a dinâmica da atividade turística, os setores que o compõem, os atrativos turísticos locais, os atores envolvidos, pode contribuir para o acesso ao emprego no setor. A carência de informações pode ter um efeito inverso.
Local de nascimento: a tendência natural de que um número crescente de habitantes locais venha a buscar por oportunidades de emprego no setor de turismo, e conseguir, dado ao aumento gradativo da atividade nas regiões, pode ter um movimento contrário com o surgimento de um estigma qualquer em relação aos nativos.

Grau de escolaridade: funções específicas podem exigir, como aspecto primordial, mais do que em outras funções, um alto índice de instrução formal daqueles que pretendem desenvolvê-la. Por outro lado, algumas funções podem não ter a mesma exigência (ou mesmo desconsiderá-la), primando por outros aspectos.
Experiência (familiar) anterior: pode ser vista tanto como um aspecto positivo quanto negativo. Positivo: o funcionário contratado não precisará de um acompanhamento próximo, demandando menos tempo no detalhamento de sua função. Negativo: pode trazer consigo “vícios” na função, decorrente de orientações distintas de outros estabelecimentos, o que demandaria tempo para correção.
Capacitação profissional: realização de cursos técnicos especializados voltados ao desenvolvimento de funções no setor de turismo pode ser um fator que contribui para a inclusão socioeconômica no SPLT. Por outra perspectiva, algumas atividades carecem de pouca, ou nenhuma, qualificação.
Proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve: o amplo distanciamento físico entre o local de moradia dos habitantes e o espaço onde se encontram grande parte dos estabelecimentos do <i>trade</i> turístico pode desestimular a procura de empregos por interessados, dificultar o deslocamento diário para a realização de sua função, e prejudicar o estabelecimento em atividades matinais.
Participação em cooperativas e/ou associações: em determinadas circunstâncias, a organização coletiva pode ser a única forma de habitantes locais se inserirem no SPLT, seja por meio de cooperativas, associações ou sindicatos.

Quadro 1: Fatores de Inclusão Socioeconômica “Direta”

Fonte: TASSO, 2014.

É importante destacar que a terminologia central (“inclusão socioeconômica”), utilizada neste artigo, compreende o tratamento dos aspectos amplos da inclusão social, como a oferta acessível de equipamentos e serviços públicos (educação, saúde, habitação, cultura, etc.), porém, como pano de fundo. O âmago dos questionamentos e da análise está concentrado na vertente do avanço da renda individual, seja ela pelo emprego (formal ou informal) ou pela venda de produtos e serviços.

A discussão sobre os fatores de inclusão socioeconômica no turismo tem notória relevância para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate à exclusão social, sobretudo quando existe uma preocupação quanto à sua efetividade. Não havendo um conhecimento preciso dos fatores que influem sobre a inserção de habitantes de destinos turísticos no sistema produtivo do setor, as medidas governamentais acabam por não edificar estratégias e, conseqüentemente, produzem resultados ineficazes quanto à inclusão socioeconômica. Dessa constatação decorre a relevância do objeto de discussão deste artigo.

3.3 A Sustentabilidade no Turismo e o Desenvolvimento Local Incluyente

A inclusão social está atrelada, com maior propriedade, ao objetivo de conquista da justiça social, mais especificamente na justiça participativa, na qual se busca a garantia de um nível de vida digno para todos, igualdade de oportunidades, acesso à formação, disponibilidade de trabalho, participação cultural, e a minimização das diferenças sociais (BOMBASSARO; KRÜGGELER; SOUZA, 2009). Além disso, acompanhada do avanço da renda individual, por meio do emprego, e da acessível oferta de equipamentos e de serviços públicos, como educação, saúde e habitação (POCHMANN, 2005).

Os pressupostos da inclusão social devem se fazer tangentes aos processos de desenvolvimento turístico local, os quais devem buscar por melhorias nas condições de vida das comunidades locais, por meio da geração de trabalho, emprego e renda e da distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos decorrentes desse setor.

A noção de desenvolvimento local é entendida aqui como o processo endógeno de promoção do dinamismo socioeconômico de uma unidade territorial, por meio da organização social em nível local, da preservação do patrimônio ambiental, e da exploração das capacidades e das potencialidades encontradas, buscando a autogestão pelos residentes e a melhoria da qualidade de vida de sua população (BUARQUE, 1999; IRVING, 2001). A criação de oportunidades efetivas de participação e de benefício econômico para grupos residentes, puxando números crescentes de empregos decentes (sem deixar de lado a melhoria das atividades informais) referencia-se como um modelo de “desenvolvimento local includente”.

De todo modo, os processos de desenvolvimento do turismo no Brasil não devem se limitar apenas à disponibilização de oportunidades de emprego no setor. Deve-se ter em mente que o desenraizamento cultural, decorrente do afastamento dos pequenos produtores de suas atividades tradicionais (notoriamente desvalorizadas pelo mercado turístico), tem gerado uma baixa contribuição para a inclusão de comunidades locais, e tem acarretado em impactos socioambientais irreversíveis, e na considerável perda da identidade cultural local (BURSZTYN, 2005).

O aproveitamento racional e ecologicamente sustentável desses recursos poderia fazer parte de uma estratégia em benefício das populações locais, na qual fosse incorporada a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, num modelo de desenvolvimento partindo de dentro (SACHS, 2002).

Algumas iniciativas, como as de inclusão socioprodutiva, contribuem nesse sentido. Elas estimulam a geração de trabalho e renda, pelo fortalecimento de arranjos e de organizações produtivas comunitárias que são beneficiados por capacitações profissionais direcionadas pela valorização da identidade cultural local e do saber-fazer tradicional, atingindo a conquista de autonomia e de uma vida digna, e a formação de cidadãos que se integrem ao mundo pelo trabalho, com seus direitos assegurados, (SERGIPE, 2014; SEMCAS, 2013; BRASIL, 2012^a; BRASIL, 2012^b).

No entanto, em grande parte dos casos, as ações voltadas à inclusão socioprodutiva em destinos turísticos brasileiros limitam-se apenas ao primeiro passo, representado pela capacitação e qualificação profissional dos interessados. Com a implementação de políticas e projetos de inclusão socioprodutiva sem a eficiência e a eficácia necessárias, acarreta-se o confinamento da grande parcela da maioria trabalhadora limitada às atividades informais, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades de baixa renda.

Vislumbra-se, a partir daí um processo de desenvolvimento turístico o qual perpassa por várias características intrínsecas ao conceito de turismo sustentável. Ou seja, pela prudência na utilização dos recursos naturais – respeitando áreas frágeis e a capacidade de carga (DIAS, 2008; COOPER, 2007). Pela distribuição equitativa dos benefícios, redução da

pobreza e aumento da qualidade de vida da população residente (SWARBROOKE, 2000; IRVING, 2002; BENI, 2003; COSTA, 2013; CLARKE, 1997). Pelo respeito à identidade cultural local, e incentivo à participação e ao reconhecimento das comunidades receptoras como grupos de atores sociais no processo (OMT, 2010; RUSCHMANN, 2006). Pela incorporação de princípios e valores éticos (GARROD, FYALL, 1998; FRANCE, 1998). Pela garantia da satisfação e da conscientização do turista sobre respeito e comportamento consciente e responsável, criando melhores lugares para se viver e para se visitar (GOODWIN, 2012; SHARPLEY, 2009).

4 Metodologia

O estudo desenvolvido teve caráter comparativo, sob a forma de apresentação analítico-descritiva dos dados. O levantamento das informações gerais e a coleta dos dados específicos, analisados na pesquisa, foram possíveis mediante abordagens exploratórias, quantitativas e qualitativas: (a) **Exploratória**, pela observação *in loco*, estabelecimento de contatos com atores-chave, e análise de dados secundários; (b) **Quantitativa**, por meio da aplicação de *survey* junto a população local; (c) **Qualitativa**, pela aplicação de formulários e entrevistas, não-estruturadas e semiestruturadas, com empresários do *trade* turístico, empregados (incluídos) no setor de Turismo, e grupos organizados locais com ligação direta ao tema de pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa se deu com a realização de suas atividades distribuídas por cinco etapas:

(1) caracterização, integral e multidimensional, dos dois destinos turísticos definidos como objeto da presente pesquisa, tendo em vista o alcance do primeiro objetivo específico desta pesquisa. Para tanto, realizou-se pesquisas documentais e bibliográficas, a fontes diversas, escritas e orais, acerca dos cenários dos territórios estudados;

(2) revisão da literatura a partir da consulta, mais aprofundada e mais abrangente, da bibliografia básica utilizada no início do trabalho. A partir de tal revisão pôde-se edificar a base de discussões teóricas que serviriam para a reflexão empírica, contribuindo para uma melhor interpretação da realidade estudada e, também, para o melhor tratamento dos dados levantados nos trabalhos de campo. Os principais conceitos abordados no trabalho foram: inclusão e exclusão social; turismo sustentável e responsável; desenvolvimento local e sustentável; sistemas e cadeias produtivas do turismo, e inclusão socioeconômica e socioprodutiva;

(3) planejamento e na preparação dos instrumentos para a coleta de dados em dois trabalhos de campo. As atividades realizadas foram:(a) elaboração, discussão, refinamento e pré-teste de quatro diferentes modelos de *survey* e formulários⁴, que foram aplicados nas duas regiões com a população local, empresários do *trade* turístico, incluídos no sistema produtivo local de turismo, e grupos organizados com trabalhos tangentes à atividade turística; (b) desenho do plano amostral para os municípios de Barreirinhas e Jijoca de

⁴ Diferentemente do modelo de *survey*, aplicado com as populações locais e com os incluídos no SPLT, os modelos de formulários continham questões abertas, tratadas pelo autor, as quais puderam ser melhor discutidas no momento de aplicação junto aos empresários do *trade* turístico e grupos organizados locais.

Jericoacoara; (c) seleção e capacitação dos dois grupos de entrevistadores em cada um dos dois municípios; organização da estrutura logística (carro e voadeira) para acesso às comunidades, urbanas e rurais, dos dois municípios estudados, e demais materiais a serem utilizados (gravador e materiais de escritório como blocos de notas, canetas, etc.). O desenho amostral probabilístico e a estrutura do instrumento de *survey* foram preparados para que os dados gerados pudessem ser analisados com ferramental estatístico univariado e multivariado;

(4) realização de dois trabalhos de campo em cada uma das duas localidades foco da pesquisa. O primeiro trabalho de campo foi realizado entre os dias 12 e 27 de novembro de 2012, na região de Jijoca de Jericoacoara, e entre os dias 28 de novembro e 04 de dezembro de 2012, na região de Barreirinhas;

(5) sistematização e análise de todos os dados obtidos nos dois trabalhos de campo. Inclui-se as seguintes atividades: digitação, codificação, tabulação, processamento e análise dos dados por meio da utilização dos *softwares* IBM SPSS Statistics 20.0 (*Statistical Package for Social Science*) e *Free R*.

5 Síntese dos Resultados e Análise Crítica

A partir dos dados coletados junto às duas populações locais, pôde-se perceber que apenas 22,8% dos entrevistados de Barreirinhas, e 17,5% dos entrevistados de Jericoacoara, já haviam buscado por oportunidades de emprego no setor de turismo. A grande maioria dos entrevistados dos municípios maranhense e cearense (76,6% e 82,5%, respectivamente), não buscou emprego no setor de turismo porque “não gostam desse tipo de atividade” (15,6% e 9,5%), “não querem abandonar suas atividades tradicionais” (14,8% e 30,7%), ou “não possuem estudo suficiente” (12,8% e 20,9%). Portanto, os principais motivos de não buscar emprego no setor de turismo, que atinge até 1/3 dos habitantes, está relacionado à satisfação com o que fazem ou ao desinteresse com as atividades relacionadas ao turismo.

Por outro lado, para aqueles indivíduos de Barreirinhas e de Jericoacoara que buscaram por oportunidades de emprego no setor, o fizeram por afirmarem que “gostam desse tipo de atividade” (25,3% e 15,5%), “tinham necessidades financeiras” (23,9% em Jeri), “não querem mais trabalhar em suas atividades tradicionais” (18,4% em Barreirinhas), “os salários são altos” (18,4% em Barreirinhas), ou “foram indicados/receberam um convite por conhecidos” (14,1% em Jeri). O desinteresse com a atividade que desempenhavam ou as atratividades – melhores salários e melhores condições de trabalho – do turismo foram os motivos que levaram cerca de 1/3 a buscarem emprego neste setor.

Pela ótica daqueles que já estão trabalhando no setor – incluídos de Barreirinhas e de Jericoacoara -, e que foram entrevistados durante a pesquisa, o emprego foi buscado por “gostarem desse tipo de atividade” (23,1% e 17,0%), “necessidade financeira” (14,1% e 25,0%), “não encontrarem outras opções de emprego/é onde tem emprego” (34,6% em Barreirinhas), “terem sido indicados/recebido convite por conhecidos” (20,0% em Jeri). A falta

de opção, a necessidade financeira ou o prazer de trabalhar no turismo são os motivos apresentados por aqueles que trabalham no setor.

O que se nota a partir de tais resultados é que, aparentemente, as oportunidades de emprego no setor de turismo atraem, com maior intensidade, aqueles que possuem apreço pela atividade, que já pensam em abandonar suas atividades tradicionais, ou que foram convidados por conhecidos. Para os que não gostam da atividade, mas ainda assim buscam por oportunidades, o fazem por ser essa, talvez, a única opção de emprego nas regiões, podendo com ela suprir as necessidades financeiras que lhes são impostas.

As principais características dos incluídos de Barreirinhas e de Jericoacoara são, respectivamente: idade entre 16 e 34 anos; ensino médio completo ou ensino fundamental incompleto; residência na própria sede do município e em comunidades circunvizinhas ao local onde a atividade turística se desenvolve; renda familiar média mensal entre um e dois salários mínimos; nativos; aproximadamente a mesma porcentagem de indivíduos de gênero masculino e feminino; de religião católica; e que não participam de grupos organizados de trabalho. Chamam a atenção nestas respostas o equilíbrio de gênero e a abertura do leque de escolaridade.

Com respeito à inserção no mercado turístico, por meio da prestação de serviços de suporte à atividade (como guias, bugueiros, pilotos de embarcações náuticas, motoristas de carros tracionados, etc.), identifica-se, pela ótica dos envolvidos, nas duas regiões, um conflito constante entre prestadores de serviços formais e prestadores de serviços informais (“piratas”). A busca pela formalização e prestação de serviços adequados se dá por meio da participação em grupos organizados de trabalho, do pagamento de impostos, da capacitação profissional coletiva, do credenciamento exigido, da disponibilização de equipamentos em boas condições de utilização, e da padronização dos serviços. Em contrapartida, enfrentam uma situação de concorrência com prestadores de serviços irregulares, despreparados, descredenciados, sem capacitação, utilizando-se de equipamentos impróprios, e que se ampliam de forma constante, principalmente em períodos de alta temporada.

Esse conflito tem sido tratado pelos prestadores regulares de serviços como um obstáculo para se manterem no mercado. Tal aspecto foi ressaltado com a maior frequência de respostas – por questões abertas - pelos grupos organizados entrevistados, tanto em Barreirinhas quanto em Jericoacoara.

Outro aspecto de mesma relevância, também destacado em ambas localidades, foi a ausência de incentivo financeiro e maior participação das autoridades públicas (federal, estadual e municipal) nas discussões sobre os problemas que tais grupos enfrentam no dia-a-dia.

Segundo os entrevistados, o lucro que conseguem obter no desenvolvimento das atividades, não é suficiente para suprir os amplos gastos com a manutenção dos equipamentos (combustível, troca de peças, pintura para padronização) e o pagamento de impostos. O que parece é que a formalização, e a apresentação ao mercado prestando serviços adequados, é inviável financeiramente, pela falta de incentivo das representações

políticas locais que, segundo eles, não fiscalizam com vigor os irregulares, e não proporcionam apoio concretos aos regulares.

No que tange a identificação e a avaliação dos fatores que mais influenciam os processos de inclusão socioeconômica no turismo, e também pela busca de aspectos recorrentes e relevantes entre os destinos estudados, foram notados os seguintes aspectos a seguir.

Dentre os onze fatores avaliados para inclusão socioeconômica direta, cinco foram considerados de forte probabilidade (**capacitação profissional; rede de relações sociais; experiência anterior; grau de escolaridade; e conhecimento da área/região**), quatro foram considerados duvidosos (gênero; idade; proximidade física de onde a atividade turística se desenvolve; e participação em cooperativas e/ou associações), e dois foram descartados (religião; e local de nascimento).

6 Reflexões Finais

O contraste entre a potencialidade cênica, refletida pelos Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara, a abundância de áreas produtivas e mão de obra, e os baixos índices de desenvolvimento local, principalmente no que tange a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, é um primeiro ponto de reflexão.

Há que se pensar num modelo de desenvolvimento local no qual sejam primadas ações voltadas ao desenvolvimento a partir de dentro, ou seja, pensando-se na autossuficiência do destino. Serão necessárias, para tanto, ações integradas que:

- (a) Estimulem a capacitação e a qualificação profissional de indivíduos que busquem se inserir diretamente no setor (pelo emprego formal), pelo oferecimento de cursos de orientação técnica em funções específicas demandas em cada contexto turístico municipal;
- (b) Levem em consideração a importância das redes de confiança, que se formam entre os atores, e da vivência inicial no desempenho de uma ou mais funções, como um primeiro passo para se adquirir experiência, para efetivação dos processos de inclusão socioeconômica direta;
- (c) Primem pela ampliação dos níveis de instrução formal (escolaridade), por meio do acesso às oportunidades de escolarização de qualidade;
- (d) Sensibilizem e estimulem a vivência turística pelo próprio morador, para a melhoria do conhecimento sobre o setor de turismo e sobre a região, e sobre as oportunidades e potencialidades que esse setor pode viabilizar aos nativos, como formas de melhoria da qualidade de vida da população local;
- (e) Proporcionem incentivos, principalmente financeiros, para que grupos organizados de trabalho (que dão suporte à atividade turística) se mantenham ativos, com a padronização de alta qualidade na estrutura de oferecimento de serviços, atuando com a formalização que lhes é exigida;

- (f) Valorizem as atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, fomentando o fortalecimento da organização produtiva (por meio do apoio técnico, logístico e jurídico) e a aproximação comercial (numa perspectiva justa, ética e solidária), entre pequenos produtores rurais e o *trade* turístico;
- (g) Fortaleçam e ampliem a capacidade produtiva e a organização logística de escoamento, para que seja mantida a regularidade de fornecimento e, gradativamente, atinja-se a suficiência na produção para atendimento da demanda, envolvendo um maior número de grupos produtivos ao sistema de turismo.

Deve-se refletir que em nenhum destes focos existe impossibilidade real. Basta uma boa articulação entre agentes governamentais, empresas e atores do *trade* e a sociedade em geral. Portanto, conclui-se que o desenho das políticas públicas de inclusão social nos destinos turísticos estudados, assim como em outros destinos brasileiros que possuam similitudes, deverá se ater ao desenvolvimento endógeno e includente.

Deverá encorajar a melhoria da estrutura do sistema turístico em favor da equidade, estimulando a capacidade de mobilização de recursos e de iniciativas locais. Deverá adotar estratégias de mitigação da dependência externa de recursos, focando no aproveitamento racional e ecologicamente sustentável das potencialidades naturais em benefício das comunidades receptoras.

E, por fim, como *conditio sine qua non*, atenuar o quadro de pobreza instaurado, assegurando, simultaneamente, um nível razoável de coesão social, a superação das disparidades, a sustentabilidade social e ambiental e a viabilidade econômica do setor.

Referências bibliográficas

- BENI, M. C. (2003). *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Aleph.
- BOUGET, Denis. (1992). *Observatoire europeen des politiques de lutte contre les exclusions sociales*. Nantes, Centre d'Economie des Besoins Sociaux.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos; KRÜGGELER, Thomas; SOUZA, Ricardo Timm de. (2009). *Democracia e inclusão social: Desigualdade como desafio para a sociedade e a Igreja no Brasil*. [s.l.]: EDIPUCRS.
- BUARQUE, S. C. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília: PCT – INCRA/IICA.
- BURSZTYN, Ivan. (2005). *Políticas públicas de turismo visando a inclusão social*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- CASTELL, Robert. (1991). *De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation. Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle*. p. 137-168. Donzelot et Roman – *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit.
- COSTA, Helena Araujo. (2013). *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- COSTA, Helena Araújo. (2009). *Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses*. 296p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/UnB, Brasília.
- COSTA, H. A.; BURSZTYN, M. A. A., NASCIMENTO, E. P. (2009). *Participação social em processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)*. Sociedade e Estado (UnB. Impresso) 24 (1): 89-114.
- CLARKE, Jackie. (1997) *A framework of approaches to sustainable tourism*. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 5. N. 3.
- COOPER, Chris. (2007). *Turismo: princípios e práticas*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.
- DIAS, Reinaldo. (2008). *Turismo sustentável e meio ambiente*. 1. Ed. São Paulo: Atlas.
- DEMO, Pedro. (2002). *O charme da exclusão social*. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados.
- FRANCE, L. (Ed.). (1998). *The Earthscan reader in sustainable tourism*. UK: Earthscan Publications Ltd.
- FRACASSI, A.; MARQUES, M. E.; WALTER, J. (1985). *La pauvreté: um approche au pluriel*. Paris, ESF.
- GARROD, Brian; FYALL, Enoque. (1998). *Beyond the rhetoric of sustainable tourism?* *Tourism Management*. v. 19, n 3. Reino Unido: Elsevier Science.
- GOODWIN, Harold; FONT, Xavier (ed). (2012). *Progress in Responsible Tourism*. Vol 2 (1). Disponível em: <http://www.goodfellowpublishers.com/free_files/file123ProgressVol2%281%29.pdf>. Acesso em: 09 abril 2014.
- IRVING, M. A. (2006). *Áreas protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção*. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VIII. N. 13. Salvador.
- IRVING, M. A. (2001). *Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento Local*. In: V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo. Brasília: Anais Comunicações.
- IRVING, Marta de Azevedo. (2002). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2013). *Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra – Rendimento*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=230725&idtema=108&search=Cear%C3%A1%7Cijoca%20de%20Jericoacoara|Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010:%20Resultados%20da%20Amostra%20-%20Rendimento>>. Acesso em: 04 abr. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2013). *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210170>>. Acesso em 09 set 2013.
- INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL (IABS). (2008). *Produto IV: Relatório das Oficinas de Oferta e Demanda*. Projeto Básico 003C/08 (Produção Associada ao Turismo: Lençóis Maranhenses/Barreirinhas – MA. Convênio IABS/AECID/MTur. Brasília.
- KRIPPENDORF, J. (2001). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- NASCIMENTO, Elimar P. (1998). *Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade?* In: DOWBOR, Ladislau & outros. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). (2010). *Cuenta satélite de turismo: recomendaciones sobre el marco conceptual*. Nueva York: Naciones Unidas; Madrid: Organización Mundial del Turismo, 2001. 149 p. In: IBGE. *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007*. Estudos e Pesquisas: Informação Econômica (13). Rio de Janeiro.

- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). (2009). *Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano: Informe sobre Desenvolvimento Humano para o Mercosul*. 1ª ed. – Buenos Aires: PNUD.
- POCHMANN, Marcio. (2004). *Políticas de inclusão social. Resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez.
- POCHMANN, Marcio. (2005). *Agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- ROSSAVALON, Pierre. (1995). *La nouvelle question sociale; repenser l'Etat-providence*. Paris, Seuil.
- RUSCHMANN, D. M. (2006). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Papirus: Campinas.
- RAMOS, Carlos Alberto. (1997). *Notas sobre Políticas de Emprego*. Ipea: Brasília.
- SACHS, Ignacy. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SISTEMA FIRJAN. (2013). Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 15 jun 2016.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo sustentável, conceitos e impacto ambiental*. v.1. São Paulo: Aleph.
- SHARPLEY, R. (2000). *Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide*. In *Journal of Sustainable Tourism*, v. 8, n. 1.
- SHARPLEY, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London: Earthscan.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. (2000). *Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente*. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 72–81.
- SAWYER, Eric J; TASSO, João Paulo Faria; ASSAD, Luís Tadeu (Org). (2010). *Turismo Sustentável: Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara*. Brasília: Editora IABS.
- SEN, A. K. (2000). *Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny*. Social Development Papers N°1, Manila, Asian Development Bank.
- SIMÕES, Leonor Gonçalves; PEIXOTO, Norma Macruz. (2009). *Geração de Emprego, Trabalho e Renda nos Municípios Paulistas*. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), II Consad, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001315.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2013.
- TASSO, João Paulo Faria. (2011). *Turismo na Encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA)*. 2011, 188p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- TASSO, João Paulo Faria. (2014). *À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros*. 2014, 310p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- XIBERRAS, Martine. (1992). *Les theories de l'exclusion sociale*. Paris, Meridiens-Klincksieck.